

Econ. Brasil

Inflação desafia Marcílio em seu aniversário como ministro

Desafio agora é baixar o índice e retomar o crescimento

RONALD FUCS

O intelectual humanista e diplomata Marcílio Marques Moreira dificilmente seria considerado a figura mais indicada para comandar o Ministério da Economia num país que enfrentava uma inflação de 56% em apenas três meses — em pleno congelamento de preços — sofria de uma retração industrial de 11%, uma taxa de desemprego de 5,7% e uma dívida externa irresolvida de US\$ 120 bilhões. Foi em meio a essa turbulência, há exatamente um ano, num clima de profundo pessimismo causado pelo fracasso do Plano Collor, que Marcílio assumiu com a sua voz mansa — mas, não perdeu tempo em advertir, com um porrete na mão.

Não haveria mais choques econômicos, assegurou o novo ministro. Como o mesmo anúncio já tinha sido feito antes por todos os autores de choques, Marcílio, de início, teve de repetir a frase quase diariamente — e nem assim conseguiu evitar a intranquilidade que crescia, acompanhando os índices de inflação. A partir de maio, o IGP da Fundação Getúlio Vargas (FGV) não parou de subir: de 6,53% para 16,19% em setembro, desencadeando então uma onda de boatos tão intensa e uma especulação tão febril que a taxa deu um salto para 25,85% em outubro. Era geral a convicção de que o Governo ia baixar um no-

vo choque, como único recurso para evitar a hiperinflação.

Marcílio voltou a avisar: nada de choques. A inflação ficou mais um mês no mesmo patamar (25,76% em novembro) e de repente, com um choque, o país constatou que o ministro estava falando sério. A inflação, muito lentamente, começou a cair, num movimento que se mantém até hoje. Durante algum tempo ainda se afirmou que as taxas não baixariam do patamar dos 20%; mas o IGP-M ficou em 19,94% em abril e a FGV já avisou que o índice deve ficar abaixo dos 18% em maio.

O preço desse sucesso parcial (pois 18%, evidentemente, são

uma taxa insuportável até mesmo em termos anuais) tem sido grande. Em 1991, os salários perderam 17% de seu poder de compra, segundo o IBGE, e a produção industrial caiu 0,5%. Em fevereiro deste ano, a taxa de desemprego já era de 6,36% — a mais alta em seis anos. Mas nada que pudesse causar surpresa a Marcílio, que já previa e informou ao FMI que o Brasil teria crescimento nulo em 1992.

Enquanto o empresariado estava tomado pelo pavor da hiperinflação, aceitava sem reclamar a política de juros altos e contenção de gastos que levava à recessão. Mas quando a situação, em matéria de alta de preços, come-

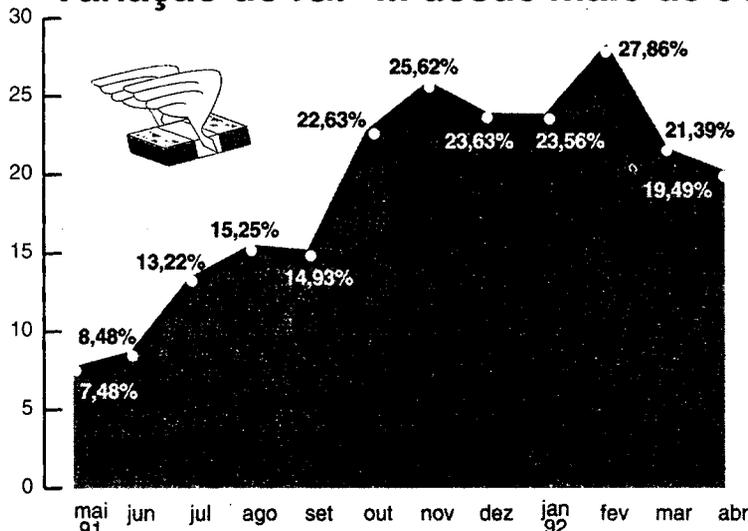
çou a dar mostras de estabilidade, surgiram as pressões pela retomada do crescimento econômico, que estão aumentando e se tornaram o novo e grande desafio para Marcílio. A estratégia do ministro, neste caso, é a mesma adotada na área da dívida externa: conversar, negociar, fazer acordos — nunca hostilizar.

Aos banqueiros credores, como ao FMI e ao Clube de Paris, essa mudança radical, em relação à agressividade de Zélia Cardoso de Mello, certamente agradou. Já em janeiro deste ano o FMI aprovava a carta de intenções apresentada pelo Governo em fins do ano passado — assim como um empréstimo de US\$ 2,1 bilhões. Referindo-se à negociação do Brasil com os bancos privados, o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, chegou a dizer: "Dessa vez sabemos que o Governo é sério."

Em fevereiro saiu o acordo com o Clube de Paris, sendo removido assim o último obstáculo para o entendimento com os bancos privados. E em abril o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, dizia que um acordo era "questão de semanas, não de meses". A dificuldade agora é inédita: o crescimento muito intenso das reservas cambiais brasileiras, que faz aumentar o apetite dos banqueiros. O total, mantido em segredo pelo Governo, é estimado em pelo menos US\$ 13 bilhões. Mas Marcílio, com a mesma voz mansa, insiste em que as reservas nunca chegaram a este nível.

Editoria de Arte

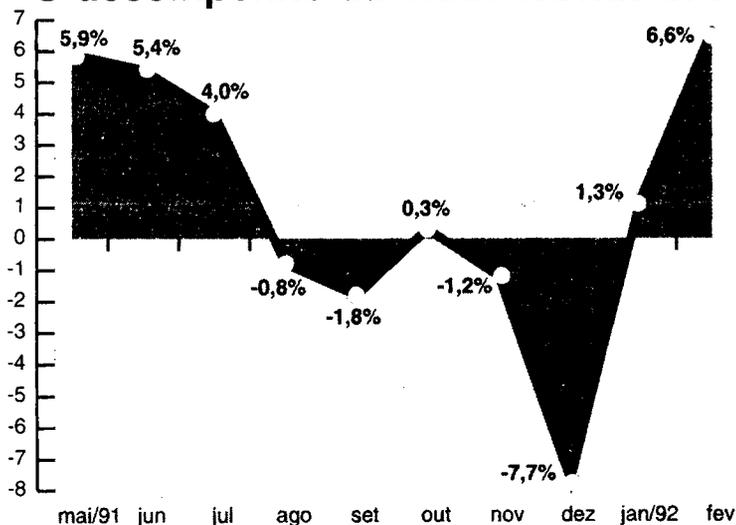
Variação do IGP-M desde maio de 91



FONTE: Fundação Getúlio Vargas

Editoria de Arte

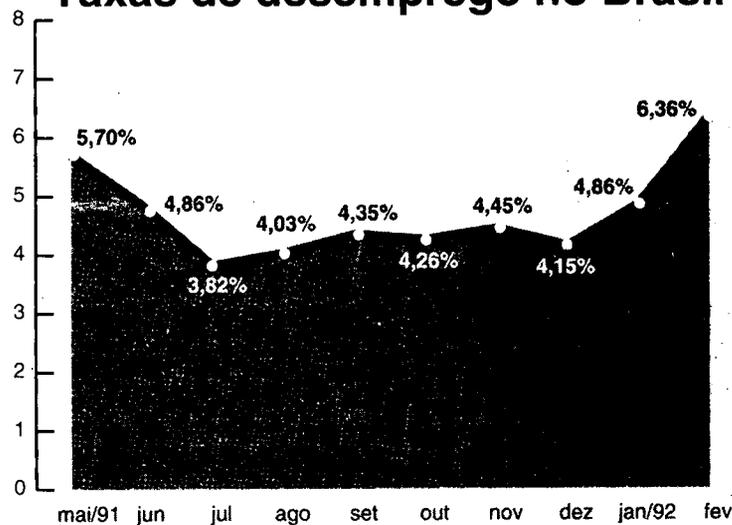
O desempenho da indústria nacional



FONTE: IBGE

Editoria de Arte

Taxas de desemprego no Brasil



FONTE: IBGE